

## Energia

# EDP diz que opções políticas vão aumentar em 280 milhões os custos do sector eléctrico

A empresa critica a introdução de novos impostos e avisa que os custos introduzidos no sistema “mais cedo ou mais tarde” acabam na factura dos consumidores.

[Ana Brito](#)

6 de Novembro de 2017, 7:56



Foto  
Rita França

Entre os custos com a tarifa social, com a contribuição extraordinária sobre o sector energético (CESE), com o imposto para equilibrar a balança de encargos no mercado grossista com as centrais espanholas e a nova taxa de ISP prevista na proposta de Orçamento do Estado para as centrais a carvão, o sector eléctrico português vai ter de pagar no próximo ano cerca de 280 milhões de euros de custos adicionais. As contas são da EDP e foram apresentadas pelo administrador da EDP Comercial, António Coutinho, num encontro da associação sectorial, a Elecpor, sobre o novo pacote de política energética da Comissão Europeia (Clean Energy for All), em que o gestor advertiu que o aumento de custos para as empresas acaba sempre por ir parar à factura da luz de famílias e empresas.

“Sempre que se aumentam os impostos, alguém tem de pagar esse custo, e é sempre o cliente”, sublinhou António Coutinho, para quem um dos pontos fracos do novo pacote europeu é o “pouco foco na subida de preços aos consumidores” e o facto de ignorar que a principal causa da subida tem a ver com o aumento de impostos e taxas que são colocados na factura eléctrica e que representam cerca de 40% do total pago (quase tanto como a componente de energia e mais do que a componente

de custo das redes, segundo a associação europeia Eurelectric). Isto apesar de ter sido a constatação por parte de Bruxelas de que “a descida dos preços [da electricidade] no mercado grossista não estava a ser acompanhada pelos preços de retalho, o que motivou a revisão” da legislação energética, explicou o gestor.

Segundo Coutinho, a Comissão constatou que os países europeus que têm os preços finais mais elevados são aqueles com mais impostos e taxas na factura eléctrica, “mas apesar de haver esta conclusão, aquilo que apareceu nas quatro directivas e quatro regulamentos [do novo pacote] sobre este tema é zero”, afirmou. Isto leva o administrador da EDP Comercial a considerar que “a Comissão está muitas vezes longe do consumidor” e tem “uma dificuldade prática de dar resposta a este tipo de situações”.

Apesar de reconhecer que não se trata de um problema português, mas sim europeu, o gestor considerou “Portugal um caso paradigmático, em que parte grande dos custos resulta de decisões políticas”, como os apoios às renováveis (com um sobrecusto para o sistema – ou seja, para os consumidores – na ordem dos 1145 milhões) ou os contratos CMEC [Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual] da EDP (que até 2017 pesaram cerca de 295 milhões nos encargos suportados anualmente pelos consumidores).

[Sugerir correcção](#)

@ 2017 PÚBLICO Comunicação Social SA